

CONSTRUINDO SOLUÇÕES REDUZINDO *DESIGUALDADES*

BIÊNIO 2024/2025



IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

Negócio

Controle externo da gestão dos recursos públicos.

Missão

Controlar a gestão dos recursos públicos do estado e dos municípios de Mato Grosso, mediante fiscalização, orientação, avaliação de desempenho e julgamento, contribuindo para a qualidade do gasto e a efetividade na prestação dos serviços, no interesse da sociedade.

Visão

Ser um novo paradigma de Tribunal de Contas, por meio de sua missão, contribuindo para que as gestões públicas estadual e municipal de Mato Grosso, sejam referência em administração pública em nosso país.

Valores

Justiça: Pautar-se estritamente por princípios de justiça, pela verdade e pela lei, com integridade, equidade, coerência, imparcialidade e imparcialidade.

Qualidade: Atuar de forma ágil, tempestiva, com eficiência, eficácia e efetividade, baseada em padrões de excelência de controle e gestão.
Liderança: Atuar com base nos princípios e valores éticos, de forma independente, técnica, responsável, proativa, leal, colaborativa e comprometida com a identidade institucional e com o interesse público.

Colaboratividade: Estabelecer parcerias com organizações governamentais e/ou não governamentais para somar competências, capacidades e recursos em ações que possibilitem a implementação e/ou a consolidação de políticas públicas, conforme a nova Visão Estratégica estabelecida para o TCE/MT.

Transparência: Disponibilizar e comunicar tempestivamente, em linguagem clara e de fácil acesso, as ações, decisões e atos de gestão do TCE/MT, bem como as informações dos fiscalizados sob sua guarda, no interesse da sociedade.

Responsabilidade: Atuar fundamentado estritamente na ordem legal e jurídica vigente, embasado em práticas de boa governança e assumir suas responsabilidades de ordem fiscal, gerencial, programática e de transparência.

Inovação: Estar permanentemente aberto para a adoção de medidas criativas e originais, utilizando os recursos humanos e tecnológicos disponíveis, no aprimoramento dos processos, programas, projetos, sistemas e serviços.

Iniciativa: Protagonizar a busca de soluções para as grandes questões públicas por meio de atitudes assertivas e propositivas.

Diversidade: Buscar permanentemente a compreensão das diferenças e antagonismos na sociedade para propor soluções convergentes, inclusivas e capazes de contribuir no avanço do processo civilizatório.

Excelência: Pautar-se pela busca permanente da excelência corporativa, mantendo-se como referência nas ações de controle e como organização essencial para o setor público.



**Tribunal de Contas
Mato Grosso**

CORPO DELIBERATIVO

TRIBUNAL PLENO

Sérgio Ricardo

Conselheiro Presidente

Guilherme Antonio Maluf

Conselheiro Vice-Presidente

José Carlos Novelli

Conselheiro Corregedor-Geral

Antonio Joaquim

Conselheiro Ouvidor-Geral

Waldir Júlio Teis

Conselheiro Supervisor da Escola

Superior de Contas

Valter Albano

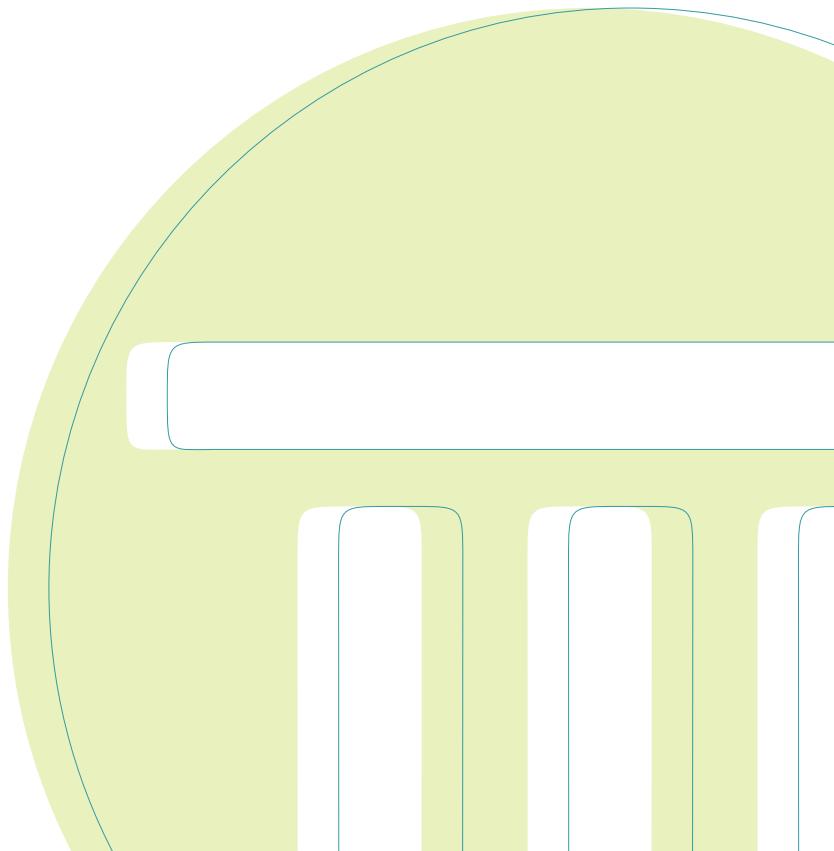
Conselheiro

Campos Neto

Conselheiro

Alisson Carvalho de Alencar

Procurador-Geral de Contas



EXPEDIENTE

EDIÇÃO

Secretaria de Comunicação Social

SUPERVISÃO

Raoni Pedroso Ricci

Secretário de Comunicação Social

PROJETO GRÁFICO

Marcus Valentim

Coordenador de Mídias Sociais e
Publicidade

Andrey Romeu
Publicitário

REPORTAGEM

Gabriela Galvão

Coordenadora de Jornalismo

André Garcia Santana

Repórter

FOTOS

Tony Ribeiro

Thiago Bergamasco

+55 65 3613-7561

imprensa@tce.mt.gov.br

Rua Conselheiro Benjamin Duarte

Monteiro, nº 01, Centro Político

Administrativo - Cuiabá-MT, CEP

78049-915

+55 65 3613-7550

tce@tce.mt.gov.br

www.tce.mt.gov.br

Horário de Funcionamento

8h às 14h, de segunda a sexta-feira.

SUMÁRIO

- 
- 6** **MISSÃO**
TCE-MT inova na fiscalização para reduzir desigualdades em Mato Grosso
 - 8** **DESENVOLVIMENTO EM FOCO**
Ação conjunta com setores econômicos é chave para o crescimento
 - 11** **CENTRAL DE COMPRAS**
Ferramenta busca aumentar competitividade das licitações e pode reduzir preços em até 60%
 - 12** **QUALIDADE NOS SERVIÇOS**
Gestão pública avança com parceria, estratégia e qualificação
 - 14** **COMPROMISSO COM A SAÚDE**
TCE-MT impulsiona boas práticas e fortalece o SUS no estado
 - 16** **TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE**
Sistema Radar amplia governança ambiental e climática
 - 17** **AÇÕES HISTÓRICAS**
Direitos básicos de mulheres, crianças e idosos no topo da pauta
 - 20** **RUMO AO PROGRESSO**
Controle externo conduz modernização da malha viária estadual
 - 23** **VANGUARDA**
TCE-MT abre caminho para gestão pública mais transparente

FISCALIZAÇÃO PARA REDUZIR DESIGUALDADES EM MATO GROSSO

Debate que permeou ações e mobilizou todos os setores em 2024 avança com mais força em 2025



Presidente do TCE-MT, conselheiro Sérgio Ricardo, durante o Seminário “O Impacto das Moratórias da Soja e da Carne nas Desigualdades Regionais”.

Sob liderança do conselheiro-presidente, Sérgio Ricardo, o Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) tem buscado colocar o estado em um caminho mais equilibrado, com justiça social e econômica. O fomento ao empreendedorismo e à industrialização são alguns dos principais caminhos para essa transformação, que passa também pelo avanço do agronegócio e pela melhoria da arrecadação estadual.

Um exemplo dessa mobilização é a auditoria especial que abrange a política de incentivos

fiscais estaduais, que somente no ano passado passaram de R\$ 14 bilhões, além da gestão da dívida ativa estadual. O objetivo é ter um diagnóstico preciso e garantir que a população seja de fato beneficiada diante das renúncias fiscais autorizadas pelo Governo.

O trabalho considera que a renúncia fiscal mato-grossense atualmente corresponde a maior parcela do orçamento, equivalente à soma dos valores destinados a setores como saúde, educação e segurança. Relator do processo, que ainda está em an-

“Estamos atuando para que as políticas públicas alcancem a todos os cidadãos, independentemente de sua localidade, levando acesso a recursos e oportunidades. Este é o legado que queremos construir”, afirmou o presidente do TCE-MT.

damento, o conselheiro Antonio Joaquim reforçou que o trabalho não questiona a importância ou a necessidade dos incentivos.

Em outubro, a cooperação ganhou reforço técnico-científico com a contratação da Fundação Getúlio Vargas (FGV) para a realização de um diagnóstico sobre os impactos das renúncias fiscais. A instituição estuda a questão há anos e aponta que



A auditoria que avalia a renúncia fiscal do estado foi anunciada em maio, durante o Seminário "O Impacto das Moratórias da Soja e da Carne nas Desigualdades Regionais".

“Temos vários estados dentro de Mato Grosso, com municípios riquíssimos e outros muito pobres e que estão perdendo gente. Isso só vai mudar quando conseguirmos dar oportunidade para as pessoas onde elas vivem”, apontou Sérgio Ricardo.

o fenômeno dos incentivos fiscais existe em mais de 90 países, onde os governos gastam mais de 5% do Produto Interno Bruto (PIB) com esta estratégia.

RUMO AO DESENVOLVIMENTO

Para avançar na redução das desigualdades, Sérgio Ricardo mantém temas como empreendedorismo, industrialização,

agricultura e comércio na pauta da instituição. A missão conta com a parceria de diversas entidades, como a Associação de Criadores (Acrimat), a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio-MT) e a Federação das Indústrias de Mato Grosso (Fiemt).

A própria auditoria sobre os incentivos fiscais foi anunciada

em maio, durante o Seminário “O Impacto das Moratórias da Soja e da Carne nas Desigualdades Regionais”, realizado em parceria com a Associação dos Produtores de Soja e Milho (Aprosoja-MT).

A ação respondeu a um pedido protocolado em abril por 127 Câmaras Municipais, que apontam o aprofundamento da pobreza em diversas localidades.

“Ao longo do ano, a fiscalização referente aos incentivos fiscais foi fortalecida por estratégias conjuntas.

“Nós reconhecemos a importância dessa política para o estado. O que queremos é lançar luz sobre o tema e saber sobre a conveniência da continuidade dos incentivos. Ou seja, o que estamos debatendo é a canalização desses valores”, pontuou Antonio Joaquim.



AÇÃO CONJUNTA COM SETORES ECONÔMICOS É CHAVE PARA O CRESCIMENTO

Trabalho tem como foco a redução das desigualdades socioeconômicas que marcam regiões do estado



Conselheiro-presidente, Sérgio Ricardo, na abertura do TCE em Movimento, realizado em Araguaína.

Para reduzir as desigualdades regionais, o TCE vem movimentando todos os setores do estado e contribuído tanto para o aumento da eficiência da admi-

nistração pública e das políticas voltadas ao desenvolvimento, quanto para o fortalecimento dos setores produtivos e a geração de emprego e renda. Estas ques-

tões permearam todo o ano de 2024 e já devem começar a dar frutos agora.

Janeiro: O presidente conclamou a classe política, setor produtivo e sociedade civil a promoverem um pacto pelo desenvolvimento dos municípios, durante edição do TCE em Movimento em Araguaína.

Fevereiro: Anunciou a criação de fórum interinstitucional com a Câmara Setorial Temática de Apoio ao Empreendedorismo e às Micro e Pequenas Empresas da ALMT

Março: Foi a Brasília, onde firmou parceria com TCU para que a governança pública fosse implementada em MT como instrumento de combate às desigualdades.

Março: Logo em seguida, o ministro Augusto Nardes, criador da Rede Governança Brasil (RGB), veio à Cuiabá tratar sobre o tema. "Com o apoio do governo, podemos transformar Mato Grosso e pensar Mato Grosso para 2030 e 2040", declarou à época.



Presidente Sérgio Ricardo em reunião com o ministro Augusto Nardes, em Brasília, para firmar parceria para implementação da governança pública em MT.

Abril: Em evento no TCE-MT, o ministro do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Márcio França, anunciou medidas do Governo Federal para ampliar o acesso ao crédito aos empreendedores.

Maio: O seminário Impacto das Moratórias da Soja e da Carne nas Desigualdades Regionais debateu os efeitos desses

impactos, sobretudo, nas regiões mais pobres da Amazônia Legal Mato-grossense.

Junho: Sérgio Ricardo, o desembargador do TJMT, Orlando Perri, e o secretário-chefe da Casa Civil, Fábio Garcia, iniciaram um debate sobre a industrialização do estado a partir da criação de um polo têxtil e da utilização de mão de obra do sistema prisional.

Julho: Um processo de monitoramento mostra que medidas recomendadas pelo Tribunal ao Governo para o fortalecimento da fiscalização e aprimoramento de sistemas já melhoraram a arrecadação estadual.

Agosto: Em resposta à consulta formulada pela Prefeitura de Campos de Júlio, o Plenário

Sérgio Ricardo inicia novo debate sobre industrialização do estado em reunião com o desembargador do TJMT Orlando Perri e com o secretário-chefe da Casa Civil, Fábio Garcia.





aponta a forma adequada de contabilização de créditos tributários a receber e da dívida ativa tributária.

Agosto: Em julgamento de cautelar, Plenário destaca que a participação de micro e pequenas empresas locais nas compras públicas é uma das principais estratégias para o desenvolvimento dos municípios do estado.

Setembro: Antonio Joaquim defende o estabelecimento de metas para a contrapartida social de empresas isentas de tributação. O objetivo é garantir

No novo Plenário do TCE-MT, os conselheiros debateram com profundidade os processos e produziram conhecimento em cima das decisões.

que a população seja beneficiada diante das renúncias fiscais, que só em 2023 foram de R\$10,8 bilhões.

Outubro: Sérgio Ricardo e o presidente eleito do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, José Zuquim Nogueira, debateram soluções para o desenvolvimento sustentável do estado.

Outubro: Sérgio Ricardo aceita convite dos presidentes do Movimento Mato Grosso Mais

Competitivo (MMTC), Gustavo de Oliveira, e da FIEMT, Silvio Rangel, para integrar o estudo "Custo Mato Grosso".

Outubro: O presidente oficializa a contratação da FGV, que prestará apoio técnico e científico na análise das contas anuais do Governo do Estado de 2024 e em auditoria especial sobre os incentivos fiscais.

Novembro: Sérgio Ricardo passa a integrar o Fórum Mato-grossense de Desenvolvimento Regional da ALMT, que começa em 2025.

Dezembro: O trabalho do Tribunal foi reconhecido pela Aprosoja-MT, que destacou a importância do órgão na aprovação da Lei 12.709/2024, que restringe a concessão de benefícios fiscais a empresas que aderirem a acordos como o da Moratória da Soja.

Dezembro: TCE-MT inicia rodada de reuniões para debater junto a instituições do setor econômico e produtivo do estado, a auditoria especial sobre os incentivos fiscais.

Conselheiro-presidente, Sérgio Ricardo, e os desembargadores José Zuquim e José Luiz Lindote debateram soluções para o desenvolvimento sustentável do estado.





CENTRAL DE COMPRAS

A criação da central de compras municipais foi aprovada em mesa técnica do TCE-MT.

FERRAMENTA BUSCA AUMENTAR COMPETITIVIDADE DAS LICITAÇÕES E PODE REDUZIR PREÇOS EM ATÉ 60%

Com primeira compra prevista para metade do ano, novidade beneficia mais de 100 municípios com menos de 20 mil habitantes

Em outra frente de combate às desigualdades, a aprovação da Central de Compras Municipais, em mesa técnica concluída em setembro, vai equalizar as condições de aquisição entre pequenas e grandes prefeituras. A ferramenta deve começar a ser usada no meio do ano e pode reduzir o preço de contratações em até 60%, já que aumenta a competitividade das propostas apresentadas pelas empresas nos processos licitatórios.

A Central foi proposta pela Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), por meio do Ministério Público de Contas (MPC), e agora sua implantação e gestão está a cargo do Consórcio Intermunicipal Mato-grossense,

conforme estabelecido pela Comissão Permanente de Normas, Jurisprudência e Consensualismo (CPNJur) na aprovação da mesa técnica. A formalização do grupo foi realizada em novembro, antes do prazo determinado, durante evento do TCE-MT que reuniu prefeitos de todo o estado.

O modelo, apresentado pelo procurador-geral do MPC, Alisson Carvalho de Alencar, agregará poder de compra aos municípios, que conseguirão preços melhores nas licitações, mais qualidade na entrega de bens e serviços, bem como cumprimento das garantias e dos prazos por parte dos fornecedores. Além disso, trará mais celeridade aos processos.

Em um estado onde 106 dos 142 municípios têm menos de 20 mil habitantes, a Central representa acesso a produtos e serviços nas áreas de educação, saúde e infraestrutura para quase um milhão de pessoas. Isso porque, permitirá que pequenas prefeituras, que muitas vezes têm dificuldades para realizar aquisições, participem de licitações coletivas, garantindo acesso a produtos e serviços de qualidade com preços mais justos.

"Foi uma construção inovadora, que vai gerar uma economia de escala para Mato Grosso e para as compras públicas de todos os municípios que aderirem ao consórcio. A central irá fortalecer os municípios", declarou Alisson Alencar.



QUALIDADE NOS SERVIÇOS

GESTÃO PÚBLICA AVANÇA COM PARCERIA, ESTRATÉGIA E QUALIFICAÇÃO

Ao longo do ano, programação permanente de capacitações vai preparar gestores para os desafios da administração pública

Ao longo de 2024, o Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) consolidou sua atuação como construtor de soluções. Tendo como norte a transparência, cuja qualidade foi reconhecida nacionalmente, o órgão contou com um programa de capacitação, eventos estratégicos e parcerias inovadoras, garantindo a qualificação da administração pública e impactando diretamente áreas prioritárias.

Exemplo disso é o Tribunais em Ação, realizado em maio. Fruto de parceria com o Tribunal de Justiça, o encontro reuniu, em Cáceres (220 km de Cuiabá), mais de 600 representantes do Executivo, Legislativo e Judiciário em um debate sobre o desenvolvimento do estado e a redução das desigualdades. Durante dois dias, gestores foram apresentados aos produtos dos tribunais e passaram por formação técnica.

“Se não discutirmos as desigualdades, nunca teremos um estado bom para todos. Nossa papel é orientar a criação de políticas públicas, por isso estamos discutindo e levantando possibilidades de crescimento”, disse Sérgio Ricardo.



Ao longo de 2024, TCE e AMM realizaram um ciclo de seminários sobre encerramento e transição de mandato.

A questão também foi tratada na conclusão do ciclo de seminários sobre encerramento e transição de mandato, realizado em parceria com a Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM) em outubro. Na ocasião, Sérgio Ricardo lançou ainda o programa permanente de capacitação para 2025, voltado principalmente para os 66 gestores eleitos e 76 reeleitos no ano passado.

A pauta da qualificação também avança com o primeiro Doutorado

Interinstitucional em Direito do estado. Fruto de parceria com o TJMT e o Ministério Público (MPMT), a pós-graduação stricto sensu, que reúne 30 doutorandos dos três órgãos, começou em novembro e será integralmente ministrada em Cuiabá por professores da Faculdade Autônoma de Direito (Alfa-Fadisp).

Para 2025, além do doutorado, o Tribunal também contará com um programa de mestrado para os servidores. Abrindo a agenda, o Encontro Mato-grossense de Muni-

“Durante todo o ano teremos cursos permanentes, com professores especialistas em gestão pública. Estamos trabalhando constantemente para contribuir com cada prefeito e estamos de portas abertas, com cursos, e pelas redes”, afirmou Sérgio Ricardo.

cípios, com nomes como do ex-presidente da República, Michel Temer, do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Augusto Nardes e do presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski.





COMPROMISSO COM A SAÚDE

IMPULSIONANDO BOAS PRÁTICAS E FORTALECENDO O SUS NO ESTADO

Para além da capacitação, mediação garante eficiência e continuidade nos serviços de saúde pública

Todos os esforços para garantir a melhoria da saúde no estado tem ajudado a nortear a programação das capacitações do Tribunal. À frente destas ações, a Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) apontou o caminho para avanços da gestão em áreas prioritárias, como no caso do 1º Encontro de Saúde e Controle Externo, realizado em março.

O intuito é fortalecer o SUS e, sobretudo, orientar os gestores sobre boas práticas, para que possam gastar os recursos, que não são muitos, com eficiência, disse o presidente da Comissão, conselheiro Guilherme Antonio Maluf.

Em setembro, o encontro “Saúde Mental – Novo Olhar para Mato Grosso” resultou na proposta de criação de uma rede de atenção e organização de serviços em saúde mental. Já no seminário “Construindo Ações para Mato Grosso Livre da Hanseníase”, em novembro, foi anunciado que as estatísticas sobre a doença serão incluídas como ponto de controle na análise das contas

anuais de governo a partir deste ano.

Avanços na saúde também se devem às mesas técnicas do TCE. Uma delas apontou o caminho para o Estado contratar serviços médicos especializados em traumatologia e ortopedia com o fornecimento de órteses, próteses e materiais especiais (OPME). Outra aprovou a criação de fluxo aprimorado para Representações Pré-Processuais (RPPs) no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Saúde Pública (CEJUSC).

Em maio, também por meio de mesa técnica, o TCE-MT já

havia mediado acordo para o pagamento de dívidas da Prefeitura de Cuiabá com empresas que prestam serviços de saúde. Na ocasião, o relator das contas da Capital, conselheiro José Carlos Novelli, explicou que a ação foi fundamental para evitar a paralisação nos atendimentos no Hospital São Benedito e no Hospital Municipal de Cuiabá (HMC).

“Mais uma vez o consenso se mostrou como o melhor caminho e, por meio do diálogo, conseguimos garantir que a sociedade continuasse contando com estes serviços essenciais”, disse Novelli.

**Seminário “Construindo
Ações para Mato Grosso
Livre da Hanseníase”**





SISTEMA RADAR AMPLIA GOVERNANÇA AMBIENTAL E CLIMÁTICA

Lançamento do módulo “Meio Ambiente” busca subsidiar políticas públicas e dar mais eficiência à gestão dos recursos naturais

O aprimoramento constante das ferramentas de apoio à gestão traz outra inovação para este ano: o módulo “Meio Ambiente” do Radar de Controle Público do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT). Lançada pela Comissão Permanente de Meio Ambiente e Sustentabilidade (CPMAS), a ferramenta aumenta a transparência e a efetividade das políticas voltadas a esta área no estado. Segundo o presidente do Tribunal e da Comissão, conselheiro Sérgio Ricardo, o resultado disso também é a melhoria na gestão dos recursos naturais, uma vez que, a partir da base de dados, o Poder Público poderá desenvolver ações mais assertivas nas próximas décadas. O conselheiro aponta ainda a urgência de se aliar a conservação dos biomas, o enfrentamento às mudanças climáticas e o combate à pobreza.

Desenvolvido em parceria com

a Secretaria Executiva de Tecnologia da Informação (STI), o módulo “Meio Ambiente” conta com uma série de gráficos e tabelas divididos em dez painéis. Entre as abas é possível verificar dados sobre os biomas do estado, a área desmatada, focos de incêndio, índice de atendimento de água, processos minerários e barragens de minérios, por exemplo.

Os dados são extraídos de bancos oficiais como Agência Nacional de Mineração (ANM), Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES) e Auditoria Pública Informatizada de Contas (Aplic). Vale destacar que o Radar de Controle Público do TCE-MT também monitora outros setores da

gestão pública, como obras paralisadas, compras públicas e assistência social. Reconhecido por instituições de todo o Brasil, o instrumento também é um dos produtos do Tribunal certificado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) com o selo ISO 9001.

Não à toa, o sistema está em constante aprimoramento e também recebeu outras importantes atualizações neste ano e no passado. Em 2025, além do Radar Meio Ambiente, ganhou o Radar Previdência. No ano passado, em abril, o módulo educação passou a contar com gráficos referentes à nota do Ideb, o custo anual de cada aluno e o tamanho médio das turmas, dentre outros. Já em maio foi a vez do Radar Saúde, que passou reformulação e ganhou o “Painel Gestor”, o “Painel Cidadão” e o “Glossário”.

DIREITOS BÁSICOS DE MULHERES, CRIANÇAS E IDOSOS NO TOPO DA PAUTA

Tribunal lidera iniciativas conjuntas que promovem educação infantil e proteção à população vulnerável



Trabalho em conjunto do TCE, ALMT e demais instituições que compõem o Gaepe-MT resultou em garantia de recursos específicos para creches no orçamento do Estado.

A atuação do TCE-MT como indutor de políticas públicas tem continuidade este ano com as ações que envolvem desde o combate à violência doméstica, à defesa dos direitos das crianças e dos idosos. Já neste começo de janeiro, graças à atuação colaborativa do Tribunal, o Governo incluiu no orçamento R\$ 40 milhões direcionados para cons-

trução e ampliação de creches por três anos, totalizando R\$ 120 milhões.

Isso, graças ao trabalho conjunto do Tribunal, Assembleia Legislativa (ALMT) e demais instituições que compõem o Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política de Educação (Gaepe-MT). Intuições estas que, em 2024, já haviam garantido tam-

bém o repasse de R\$ 20 milhões para a construção e ampliação de 15 creches em 14 municípios.

Presidente da Comissão Permanente de Educação e Cultura (Copec) do TCE-MT e representante do órgão no Gaepe-MT, o conselheiro Antonio Joaquim salientou que a ação é histórica. “Nunca houve no orçamento do Governo recursos para a cons-

trução de creches e a questão é imperiosa no estado com esse déficit de vagas."

Não à toa, em dezembro, o trabalho do TCE-MT foi destaque durante a entrega do Selo do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), que reconheceu a atuação de 11 municípios por avanços nas políticas públicas voltadas às crianças e adolescentes, entre os anos de 2021 e 2024. O selo é o maior projeto do Unicef no Brasil e reúne municípios do Semiárido e da Amazônia.

Com relação à população idosa, em agosto, Sérgio Ricardo participou da criação da Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa do estado (Renadi-MT), destacando mais uma vez o potencial das ações conjuntas

entre os Poderes e instituições. Na sequência, determinou a realização de levantamento sobre os Conselhos e Fundos Municipais da Pessoa Idosa existentes no Estado.

Concluído em outubro, o estudo foi conduzido pela Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS), que apontou que de 132 unidades, em 44 não houve nenhuma atividade neste ano.

"Precisamos de soluções transversais, pois não cabe só a saúde tomar iniciativa no cuidado da pessoa idosa. Cabe também a todas as secretarias que executam políticas públicas", afirmou Guilherme Antonio Maluf.

Na sequência, em outubro, Sérgio Ricardo doou uma área em Cuiabá para a construção de uma Instituição Pública de Longa Permanência para Idosos (ILPI). O espaço fica localizado na região do Centro Político Administrativo (CPA), anexo ao Sindicato dos Trabalhadores do TCE-MT (Sintt-contas), e abrigará a primeira das cinco unidades que serão construídas no estado.

O projeto das instituições foi desenvolvido pela Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM) e garantirá cerca de 120 leitos para o público da Capital.

O TCE-MT também vem fiscalizando as políticas públicas de combate à violência doméstica. Em novembro, uma auditoria identificou 10 fragilidades nas

O conselheiro-presidente, Sérgio Ricardo, liderou comitiva em visita técnica à área doada pelo TCE-MT para a construção da unidade para idosos.





Na abertura do 1º Encontro de Segurança Pública, o presidente do TCE defendeu mais delegacias, cobrou transparência e anunciou auditoria para frear violência contra mulher.

COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

ações municipais e estaduais, resultando em uma série de recomendações e determinações para fortalecer a rede de proteção às vítimas. O trabalho foi validado pelas instituições envolvidas, como a Defensoria Pública e a Secretaria de Segurança Pública (Sesp).

“É com informação que se faz política pública. O Tribunal vai orientar todos os agentes públicos para que venham para o processo e se comprometam. Se não usarmos a estrutura e os recursos disponíveis, não há esperança”, pontuou o presidente à época.

Anunciada em março, a fiscalização considera os altos índices de feminicídios registrados no es-

tado, líder no ranking nacional de 2023 com 2,5 mortes para cada grupo de 100 mil mulheres. A auditoria é conduzida pela 2ª Secretaria de Controle Externo (Secex), com apoio da Comissão Permanente de Segurança Pública, presidida pelo conselheiro Waldir Teis, que também é o relator do processo.

“Vamos focar para induzir a implementação das políticas públicas da melhor forma possível. O TCE não executa, mas pode auxiliar na implementação dessas políticas”, ressaltou o conselheiro Waldir Teis.

DIREITOS DOS AGENTES COMUNITÁRIOS

Cruciais na execução de grande parte das políticas públicas voltadas a estes públicos, os agentes comunitários de saúde (ACS) e de combate às endemias (ACEs) também estão no foco da instituição. Após uma trajetória de mais de 10 anos de lutas, o TCE-MT homologou mesa técnica que extinguiu falhas nas interpretações da Lei 11.350/2006 e na Emenda Constitucional 120/2022, unificando o entendimento entre os 142 municípios.

Mas a luta não acabou aí. Em novembro, após representantes das categorias apontarem que a norma vinha sendo descumprida por diversos prefeitos, foi anunciado que, a partir de 2025, a questão será analisada nas contas anuais de governo, podendo resultar em parecer contrário à aprovação. Além disso, o TCE notificou as 142 prefeituras para que não alterem o quadro de agentes na mudança das gestões este ano.

CONTROLE EXTERNO CONDUZ MODERNIZAÇÃO DA MALHA VIÁRIA ESTADUAL

Orientação e fiscalização contribuem para avanço de projetos de concessões de rodovias e obras como a do Portão do Inferno



Conselheiro-presidente, Sérgio Ricardo, reuniu Sinfra e prefeitos para apresentação do Programa de Concessões Rodoviárias do Governo do Estado.

Em 2024, o Tribunal fortaleceu a parceria com os gestores públicos e mediou uma série de ações para o avanço da infraestrutura de transporte no estado. Agora, o órgão segue fiscalizando processos como o da concessão dos mais de 2 mil km

da malha viária estadual, além de obras importantes, como o retaludamento do Portão do Inferno, na MT-251, e a implantação do Bus Rapid Transit (BRT) em Cuiabá.

Em outubro, a promessa de modernização da logística por

“São concessões importantes que vão permitir que o estado tenha mais fôlego para construir mais estradas, por isso estudamos profundamente todos os reflexos que isso trará para o desenvolvimento de Mato Grosso”, sustentou o presidente.”

meio da privatização de rodovias colocou o tema em foco. À época, o presidente deu aval para a publicação de seis editais que integram o Programa de Concessões Rodoviárias 2023/2026 do Governo do Estado, que preveem a transferência de 2.100 km à iniciativa privada. A autorização definitiva foi concedida após meses de análises técnicas e adequações no edital.

Por fim, o texto apresentando atendeu aos apontamentos feitos no acompanhamento simultâneo especial nº 180.891-5/2024, sob relatoria de Sérgio Ricardo. Para se ter ideia da relevância do tema, somente na fase 1, o projeto prevê investi-

mentos de R\$ 6,9 bilhões, mais de R\$ 9 bilhões de despesas operacionais e receitas de R\$ 30 bilhões, que serão amortizadas durante 30 anos de concessão, com tarifas de pedágios de R\$ 12.

Em novembro, o TCE-MT reuniu representantes da Secretaria de Estado de Infraestrutura (Sinfra) e prefeitos de 49 municípios em debate sobre os aspectos legais, operacionais, ambientais e socioeconômicos do programa, que vai impactar a vida de 1,5 milhão de pessoas. Isso porque, com a concessão das rodovias MT-020, MT-170, MT-140 e MT-010, o estado terá 4 mil km de estradas nas mãos da iniciativa privada.

"O que fizemos foi uma audiência pública estendida. Essa audiência vale por 10, porque as equipes técnicas do Tribunal e da Sinfra estiveram o dia inteiro à disposição para que eles pudessem tirar suas dúvidas", destacou Sérgio Ricardo.

Com foco no desenvolvimento do estado, em agosto, o presidente visitou os canteiros de obras da Ferrovia Senador Vicente Emílio Vuolo, que interligará Rondonópolis a Lucas do Rio Verde. Lá, foi firmado compromisso com a empresa Rumo Logística para que os trilhos cheguem até Cuiabá. "Acompanharemos a execução da obra,

O presidente realizou visita técnica nos canteiros de obras do modal ferroviário que interligará Rondonópolis a Lucas do Rio Verde.





Conselheiro-presidente, Sérgio Ricardo, liderou inspeção no Portão do Inferno.

motivando e pedindo que ela chegue em todos os rincões de Mato Grosso", declarou.

PORTÃO DO INFERNO

E ainda em relação à malha viária estadual, o ano passado foi marcado pela situação do Portão do Inferno, que passou meses sob emergência devido a deslizamentos que impediram o tráfego entre Cuiabá e Chapada dos Guimarães. No final de 2023, o trecho se tornou sinônimo de transtorno para milhares de pessoas e Sérgio Ricardo iniciou um movimento junto ao Estado, especialistas e a bancada federal em busca de solução.

Em janeiro de 2024, o presidente coordenou inspeção no

local com autoridades e técnicos da Defesa Civil, Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (Sintra), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso (CREA), Ministério Público Estadual (MPMT), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) e Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), dentre outros.

A principal reivindicação era a desinterdição segura do tráfego de veículos leves para garantir a retomada do abastecimento de Chapada e a continuidade das atividades econômicas da região. Além disso, o conselheiro propôs a criação de uma Co-

missão de Gestão de Riscos de Desabamentos e cobrou a adoção de medidas urgentes, como a elaboração de um plano de ação e a destinação de recursos para prevenção.

O esforço resultou na proposta do Governo para a obra de retalludamento das encostas do Portão do Inferno. Apresentada em março, a solução foi apontada como a mais viável, barata e rápida. As obras estão em andamento e hoje causam apenas bloqueios eventuais, necessários para a execução de diferentes etapas do trabalho, como o resgate da flora, salvamento e afugentamento da fauna e a supressão da vegetação.

TCE-MT ABRE CAMINHO PARA GESTÃO PÚBLICA MAIS TRANSPARENTE

Sorteio público de relatorias e reconhecimento nacional selam liderança do controle externo mato-grossense

Coordenador nacional do PNTP, conselheiro Antonio Joaquim, entrega selo Diamante de qualidade da transparência ao conselheiro-presidente, Sérgio Ricardo.

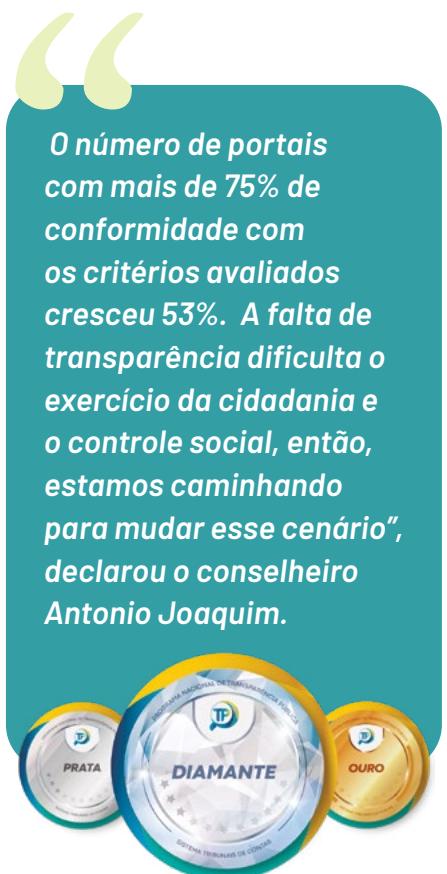


Outra novidade de 2024 diz respeito à transparência, que foi reforçada com o sorteio presencial e público das relatorias para o biênio 2025-2026. "Nós somos a esperança da população, somos a única instituição que fiscaliza a aplicação de recursos públicos. Essa é nossa missão, e façam questão de popularizar, a partir de hoje todos sabem quem vai relatar cada município", destacou Sérgio Ricardo à época.

Este compromisso resultou, inclusive, na conquista do Selo

Diamante no Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), pela terceira vez, com um índice de 95,19%. O TCE ainda certificou outros 68 órgãos públicos do estado classificados entre as categorias Diamante, Ouro e Prata.

Segundo o coordenador nacional do PNTP, o conselheiro-ouvidor do TCE-MT, Antonio Joaquim, o objetivo é que o índice alcance no mínimo 80% nas instituições. O programa avalia 124 critérios e mais de 200 itens, com seriedade e credibilidade. A ação



é liderada pelo TCE-MT e pelo TCU, bem como pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), na qual o conselheiro Campos Neto representa o TCE-MT.

O programa avalia 124 critérios e mais de 200 itens, com seriedade e credibilidade. A ação é liderada pelo TCE-MT e pelo TCU, bem como pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), na qual o conselheiro Campos Neto representa o TCE-MT.



**Tribunal de Contas
Mato Grosso**